



Revista Sociedade e Cultura

ISSN: 1415-8566

ISSN: 1980-8194

Universidade Federal De Goiás (UFG)

Barros, Antonio Teixeira de
Análise de narrativas e experiências de jovens filiados a partidos políticos
Revista Sociedade e Cultura, vol. 25, e70800, 2022
Universidade Federal De Goiás (UFG)

DOI: <https://doi.org/105216/sec.v25.e70800>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70373170018>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UFG
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Análise de narrativas e experiências de jovens filiados a partidos políticos

Analysis of narratives and young experiences affiliated to political parties

Análisis de narrativas y experiencias de jóvenes afiliados a partidos políticos



Antonio Teixeira de Barros

Centro de Formação da Câmara dos Deputados, Brasília, Distrito Federal, Brasil

antonibarrosgmail.com

Resumo: O artigo analisa relatos de experiências de jovens filiados a partidos políticos no Brasil. O corpus é formado por depoimentos escritos de 375 jovens filiados a 35 legendas. Os relatos tratam das experiências desses jovens, uma forma de acessar diretamente suas visões e seu lugar de fala como sujeito no âmbito das juventudes partidárias. A metodologia consistiu na aplicação de questionário aberto, com espaço para os informantes relatarem suas experiências. As conclusões mostram que os jovens destacam os seguintes aspectos: aprendizado político, convivência e o “espírito de broderagem”. Outras representações discursivas associam-se ora ao idealismo ora ao pragmatismo político. Alguns relatos destacam ainda o sofrimento causado pela troca de legendas. A discussão dos dados, em diálogo com a literatura, contribui para a compreensão das motivações que levam os jovens a se filiarem aos partidos, permitindo ainda a análise de suas próprias experiências, com base em relatos em primeira pessoa.

Palavras-chave: Juventudes partidárias. Partidos políticos. Jovens filiados. Juventude e política. Recrutamento partidário juvenil.

Abstract: This article analyzes reports of experiences of young people affiliated to political parties in Brazil. The corpus consists of written testimonies

from 375 young people affiliated with 35 political parties. The reports deal with the experiences of these young people, a way of directly accessing their views and their place of speech as a subject within the scope of party youths. The methodology consisted of applying an open questionnaire, with space for the informants to report their experiences. The conclusions show that the young supporters mainly highlight the following aspects: political learning, coexistence and the "broderhood spirit". Other discursive representations are sometimes associated with idealism and sometimes with political pragmatism. Some reports also highlight the suffering caused by the exchange of some parties. The discussion of the data, in dialogue with the literature, contributes to the understanding of the motivations that lead young people to join the parties, also allowing the analysis of their own experiences.

Keywords: Youth partisans. Political parties. Young affiliates. Youth and politics. Youth party recruitment.

Resumen: Este artículo analiza relatos de experiencias de jóvenes afiliados a partidos políticos en Brasil. El corpus consta de testimonios escritos de 375 jóvenes afiliados a 35 partidos políticos. Los informes abordan las experiencias de estos jóvenes, una forma de acceder directamente a sus puntos de vista y su lugar de expresión como un tema dentro del alcance de los jóvenes del partido. La metodología consistió en la aplicación de un cuestionario abierto, con espacio para que los informantes informaran sus experiencias. Las conclusiones muestran que los jóvenes partidarios destacan principalmente los siguientes aspectos: el aprendizaje político, la convivencia y el "espíritu de broderagem". Otras representaciones discursivas a veces se asocian con el idealismo y otras con el pragmatismo político. Algunos informes también destacan el sufrimiento causado por el intercambio de partidos. La discusión de los datos, en diálogo con la literatura, contribuye a la comprensión de las motivaciones que llevan a los jóvenes a unirse a las partes, permitiendo también el análisis de sus propias experiencias, basadas en informes en primera persona.

Palabras clave: Juventud partidarias. Partidos políticos. Jóvenes afiliados. Juventud y política. Reclutamiento partidario juvenil.

Data de recebimento: 08/11/2021

Data de aprovação: 29/03/2022

Introdução

Apesar de pouco estudadas, as juventudes partidárias constituem um importante objeto de estudo, tendo em vista que a literatura registra expressivas diferenças de comportamento político dos segmentos juvenis, se comparados com os eleitores adultos (HOOGHE; STOLLE, 2004; BARROS, 2018). Embora a cultura juvenil seja mais facilmente associada ao lazer, aos movimentos culturais e aos protestos, existe também a visão de que a juventude constitui um agente de transformação da cultura política (BARROS, 2016a; 2016b).

No caso específico dos jovens filiados, a relevância é ainda maior, pois se trata daqueles que se identificam com as propostas políticas e o perfil ideológico de um determinado partido político. Ademais, é necessário considerar a pluralidade desses segmentos juvenis, da mesma forma que os partidos, com seus variados repertórios discursivos e propostas de ação política (RODRÍGUEZ, 2009; GUEDES-NETO, 2018). A literatura sobre o tema destaca que os jovens partidários exercem uma relevante função no recrutamento de novos filiados e militantes, haja vista que os partidários jovens atuam estrategicamente no convencimento de outros coetâneos (CRUZ, 1990; MORENO; ALMEIDA, 2017; BARROS, 2018).

Conforme Sartori (1980, p. 92), as juventudes partidárias constituem “formas organizativas juvenis que integram as estruturas dos partidos políticos”, com suas especificidades próprias, que, “segundo as regras do jogo, formais e informais, desenvolvem diversas atividades no interior e até no exterior dos partidos em busca de fins específicos”. O autor aponta três níveis de atuação política das juventudes partidárias. O primeiro compreende os aspectos formais, relativos à constituição legal desses grupos partidários, a exemplo dos estatutos e normas disciplinares específicas negociadas no interior dos partidos, geralmente com a participação das lideranças juvenis. O segundo abrange as funções e atividades dos jovens no interior do partido, uma organização

própria, porém associada ao escopo geral das agremiações, como os diretórios jovens. O terceiro refere-se às atividades externas, voltadas para o recrutamento de outros jovens, como a militância realizada nas ruas ou por meio das mídias sociais na internet.

Cabe lembrar ainda que as juventudes partidárias se formam a despeito de um cenário de crescente descrença na política institucionalizada e de elevados índices de desconfiança no sistema político e nas instituições representativas de modo geral, com ênfase nos partidos políticos (AUGUSTO, 2008; BARROS; MARTINS, 2017a; 2017b; 2017c). Diante disso, é oportuno questionar: como os jovens filiados expressam suas experiências de militância? O que eles mais destacam? Como avaliam sua atuação nas legendas? Que discursos eles constroem sobre sua experiência de jovens filiados?

A coleta de dados foi realizada em novembro de 2019 por meio de um questionário eletrônico. O público-alvo é formado por jovens filiados a partidos políticos. A estratégia de comunicação consistiu na divulgação no *link* do questionário nas redes digitais dos diretórios jovens dos 35 partidos então registrados no TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Foram utilizadas as seguintes redes: *Facebook, Twitter e Instagram*. A pergunta dirigida aos informantes foi a seguinte: “Como você avalia sua experiência de jovem filiado?” Foram recebidas 375 respostas, de todos os 35 partidos.

O texto está organizado em duas seções, sendo uma teórica e a análise das narrativas. A seção teórica aborda aspectos centrais para a pesquisa: a juventude como sujeito da política partidária e as formas de recrutamento juvenil pelos partidos. Na abertura da análise apresentamos ainda uma breve nota metodológica e a descrição do perfil dos informantes¹.

¹ O perfil dos informantes consta na abertura da análise dos dados, com uma descrição detalhada nos quadros 1 e 2.

A juventude como sujeito político e o recrutamento partidário juvenil

Na visão de Bourdieu (1983, p. 112), apesar de a idade constituir um dado biológico, trata-se de uma variável que resulta de construções socialmente manipuladas e culturalmente definidas. Logo, em sua visão: “Ao se falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e se relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente”.

A complexidade implicada nos conceitos de juventude abrange três aspectos centrais, segundo Foracchi (1965, p. 302). O primeiro ressalta a visão de que “se trata de uma fase da vida”. O segundo compreende “a constatação de sua existência como força social renovadora”. O terceiro é baseado nas percepções que entendem que a juventude “vai muito além de uma etapa cronológica, para constituir um estilo próprio de existência e de realização do destino pessoal”.

Em suma, apesar de a juventude ser definida sociologicamente como “uma categoria relacional que posiciona os indivíduos como pertencentes a uma dada faixa etária” (GOHN, 2013, p. 205), as constatações empíricas ressaltam a coexistência de várias juventudes, com suas respectivas características, perfis políticos e formas de participação política (MALFITANO, 2011; MARTINS; BARROS, 2018a; 2018b).

Nos estudos ancorados na sociologia da juventude, predominam visões analíticas que demonstram que os variados grupos juvenis não devem ser enfeixados em uma categoria homogênea e unívoca. Ao contrário, tais estudos ressaltam que tal categoria é situada historicamente e culturalmente (re)construída (GROPPO, 2015; BARROS, 2018). Chamam atenção nessas análises os variados perfis e as múltiplas configurações de juventudes, além da diversidade de culturas juvenis, as quais são condicionadas por vários fatores, como a época, a cultura, a educação, as características

específicas dos contextos locais – em interação com a globalização cultural –, a conjuntura política, os valores, as crenças, as tecnologias, etc. (MALFITANO, 2011). Em suma, esses estudos contestam as visões essencialistas, que desconsideram tais complexidades (GROPPO, 2015).

Seja na esfera da política partidária, seja em outras formas de engajamento, os estudos sobre juventude e política mostram que a atuação juvenil se dá na confluência de aspirações individuais e dos anseios coletivos (MÜXEL, 2003; AUGUSTO, 2008; BARROS, 2018), cujo padrão é a experimentação, no sentido de uma ação em arenas políticas concretas, que concilia idealismo e pragmatismo. Essa preferência se justifica por que os jovens tendem a optar pela ação direta, ou seja, de sua própria experiência, em vez de uma aprendizagem pautada por mecanismos de transmissão de conhecimento pelos adultos. Essa experimentação é denominada na literatura de *vinculação experimental ao presente* (FORACCHI, 1972) ou *atuação de ensaio* (AUGUSTO, 2005). Essa lógica de ação política dos jovens é pautada por fluidez e flexibilidade dos marcadores e indicadores ideológicos, sem necessariamente envolver contratos e compromissos rígidos e duradouros. Isso porque “os jovens querem se manter mais livres, inclusive para participar de acordo com suas próprias visões, ideias e métodos” (BRENNER, 2015, p. 270).

Cabe ressaltar que a população jovem brasileira equivale a 25% do total de habitantes (51,3 milhões de um total de 202 milhões de habitantes). Desse total, 84,8% dos jovens brasileiros residem nas cidades e 15,2 % em áreas rurais (Brasil, 2014). Em termos eleitorais, a população juvenil corresponde a 27% do eleitorado nacional em 2016 (Brasil, 2016). Conforme o Estatuto da Juventude (Lei Federal n.12.852/2013), são definidos como jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos. O referido estatuto criou três categorias juvenis: (a) jovem-adolescente, de 15 a 17 anos; (b) jovem-jovem, de 18 a 24 anos; (c) jovem-adulto, de 25 a 29 anos. A Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco),

por sua vez, estabeleceram um intervalo etário mais restrito, de 15 a 24 anos.

Há segmentos juvenis que se tornaram sujeitos de peso nas decisões de voto familiar, uma vez que estudos mostram a força persuasiva dos mais jovens em relação aos membros mais velhos das famílias (BARROS, 2016b; 2018). Isso se explica exatamente pelo maior capital informacional da juventude em relação a seus pais, tios e avós, além da capacidade de uso das novas tecnologias de informação e de interação digital (BARROS; 2016a; 2016b).

Brenner (2011, p. 61) ressalta ainda algumas especificidades acerca do perfil e da atuação dos jovens filiados a partidos políticos. Ao elaborar um inventário de estudos sobre o perfil de juventudes partidárias, a autora conclui que sexo e escolarização são dois fatores relevantes para a atuação desses segmentos juvenis. Afinal, os diretórios das agremiações costumam pensar que “os jovens homens mais escolarizados são os mais interessados em política e as jovens mulheres pouco escolarizadas são as menos interessadas”. A justificativa para tal visão, segundo a autora, é que, na perspectiva dos dirigentes partidários, “jovens homens têm mais familiaridade e competência para a política e sentem-se mais implicados” (p.62). Além disso, a autora destaca que os jovens desempregados são identificados como os que menos se engajam e que os jovens estudantes apresentam tendência para maior engajamento e interesse por política partidária. Essas ideias servem de bússola para a direção das legendas no que se refere ao investimento específico nas juventudes partidárias e no recrutamento juvenil (BRENNER, 2011; MACHADO, 2015).

Certamente, tais argumentos não podem ser generalizados para todos os grupos juvenis, mesmo no âmbito partidário. Entretanto, apesar da variedade de perfis de juventudes, estudos empíricos mostram que existe uma predominância de jovens masculinos com tendência ao engajamento político, o que os leva a adquirir maior competência para as atividades partidárias (MÜXEL, 2003; BRENNER, 2011; 2015). Para esses autores, isso contribui para aumentar o interesse por atividades políticas, o que

também pode favorecer o engajamento e a militância de jovens do sexo masculino no âmbito dos partidos. Todos esses fatores e variáveis são levados em conta nos estudos que tratam especificamente sobre o recrutamento para as juventudes partidárias, o que também explica maior interesse dos partidos em formar lideranças masculinas (MACHADO, 2015). Isso porque já está arraigado na percepção dos dirigentes das legendas o estereótipo de que a política partidária é conduzida por homens, conforme os ditames do patriarcado (BIROLI, 2018). Devido a essa mentalidade, as legendas acreditam que o potencial dos homens é maior tanto na disputa interna para o exercício de cargos na organização das agremiações quanto na arena eleitoral, o que acaba contribuindo para manter a política como um domínio masculino (HOOGHE; STOLLE; STOUTHUYSEN, 2004; HOOGHE; STOLLE, 2005; BRENNER, 2015).

O recrutamento partidário juvenil é utilizado pelos partidos para a formação de novas lideranças e para ampliar e renovar os quadros partidários. Trata-se de um processo continuado que compreende três fases: a filiação propriamente dita, formação política e a ocupação de cargos nos diretórios juvenis e na organização da legenda (MACHADO, 2015; GUEDES-NETO, 2018). Em suma, o recrutamento juvenil “não é crucial apenas para a permanente reconstrução da legitimidade da democracia, mas igualmente para a reprodução das organizações partidárias mesmas ao longo do tempo” (MACHADO, 2015, s. p.).

Vários estudos da ciência política atribuem relevância decisiva aos partidos, considerados como os fundadores da democracia moderna (SCHATTSCHEIDER, 1960; PANEBIANCO, 1990; MAINWARING, 2001; MANIN, 2013; URBINATTI, 2013; CARREIRÃO, 2014). Em tal abordagem, “a esclerose dos partidos corresponderá à esclerose desse regime político” (MACHADO, 2015, s. p.). Por essa razão, as legendas estão sempre atentas para a necessidade de recrutar jovens, pois se trata de uma estratégia de “renovação e de reprodução política dos próprios partidos, nomeadamente locais” (CRUZ, 1990, p. 224).

Ao discorrer especificamente sobre as funções das juventudes partidárias, Barros (2016a, p. 114) registra que os jovens “são relevantes politicamente para o recrutamento de novos simpatizantes e afiliados para os partidos políticos, visto que um jovem que esteja no partido tem mais facilidade de convencer outros coetâneos”. A percepção é que os jovens filiados que fazem militância ativa conseguem colaborar estrategicamente no convencimento de outros coetâneos (BRENNER, 2011; MACHADO, 2015). Assim, eles próprios tornam-se agentes de mobilização em prol do recrutamento juvenil, principalmente por meio das mídias sociais (CRUZ, 1990; MORENO; ALMEIDA, 2017; PINTO, 2017; BARROS, 2018).

Duverger (1985) é outro expoente no estudo da função dos partidos políticos na democracia que também destaca a relevância do recrutamento juvenil para as agremiações partidárias. Para Duverger, não basta que os partidos falem para os jovens, porque o principal é contar com a presença de lideranças jovens em seus quadros, a fim de se beneficiar com a perspectiva das juventudes, ou seja, o seu modo de olhar e perceber a atuação da legenda. Além disso, a presença de líderes juvenis contribui para ampliar a visibilidade das legendas e sua legitimidade perante o eleitorado jovem (CRUZ, 1990; BRENNER, 2011; MACHADO, 2015; PINTO, 2017).

O levantamento realizado por Barros (2018, p. 3) mostra que há grupos juvenis que “tendem a valorizar a atuação de representantes eleitos com vínculos com os movimentos estudantis / sociais, que são reconhecidos pelos eleitores jovens como defensores de causas da juventude”. Por essa razão, 57,60% dos respondentes de um *survey* que serviu de base para o referido levantamento afirmaram que já votaram em candidatos para cargos políticos por serem jovens, especialmente no âmbito da política local, com destaque para os cargos de vereador e de deputado estadual.

Além disso, alguns estudos mostram que há partidos políticos cada vez mais atentos ao relacionamento com os segmentos juvenis, especialmente mediante o uso das mídias sociais e a presença de lideranças juvenis no comando de núcleos e secretarias de ju-

ventude, com atuação online (BRENNER, 2015; MACHADO, 2015; PINTO, 2017; BARROS, 2016a; 2018).

Outros estudiosos apontam que a vivência no âmbito dos partidos e a convivência com os dirigentes partidários resultam em um tipo de aprendizado mais eficaz do que uma “escola” (CRUZ, 1990; MACHADO, 2015; PINTO, 2017). Isso porque nas atividades do cotidiano os jovens adquirem experiências que, acumuladas, proporcionam o desenvolvimento de competências políticas específicas, que nenhuma escola no sentido formal seria capaz de oferecer. Ademais, tal convívio pode proporcionar a constituição de redes de contatos políticos, com potencial de facilitar o acesso dos jovens às eventuais redes de recrutamento político-parlamentar dos partidos (FERREIRA, 2012). A imersão no cotidiano das atividades partidárias e a experiência de formação política podem contribuir ainda para a construção de possíveis laços entre as lideranças juvenis e os dirigentes mais populares que formam as elites das legendas. Destaca-se, assim, um campo com potencial para favorecer as trocas simbólicas intergeracionais e permitir aos jovens o acesso ao capital social necessário para sua possível inserção nas camadas mais elevadas dos quadros partidários (BRENNER, 2015; MACHADO, 2015).

Mesmo que o recrutamento juvenil seja estratégico para a sobrevivência dos partidos, não se trata de algo automático. É condição para isso a adesão dos jovens aos projetos e à identidade ideológica das legendas. No processo de adesão dos jovens estão implicados vários elementos complexos, tais como aspectos históricos, culturais, institucionais e ideológicos. Destacam-se ainda a identidade do partido e a afinidade sociocultural da agremiação com os segmentos do eleitorado jovem que constituem o alvo da legenda.

Costa (2015) ressalta que as juventudes partidárias exercem várias funções estratégicas para os próprios partidos, pois atuam como agentes de comunicação entre as legendas e os públicos juvenis. Em outras palavras, as juventudes partidárias podem favorecer e otimizar o relacionamento das legendas com os seg-

mentos juvenis, visto que é mais fácil os jovens se comunicarem com seus coetâneos (COSTA, 2015; PINTO, 2017; BARROS, 2018). Outro aspecto importante ressaltado pelos autores é que existe um potencial de benefício de alguns segmentos da direção das juventudes partidárias em virtude de chances para o cultivo de proximidade e da relação continuada com alguns integrantes das elites do partido. Dessa forma existem possibilidades de que algumas lideranças juvenis contem com as chances de atuarem como se fossem grupos de pressão intrapartidário, fazendo *advocacy* das causas e bandeiras dos segmentos juvenis com os quais desfrutam de maior afinidade e proximidade. Tais potenciais, contudo, não podem ser generalizados, pois os partidos brasileiros tendem a atuar como oligarquias, com pouca democracia interna. Ademais, as elites operam continuamente para a manutenção do status quo no âmbito interno de suas organizações e estruturas (GUIMARÃES; RODRIGUES; BRAGA, 2019).

Estudos realizados sobre as funções das juventudes partidárias na Bélgica concluíram que, no caso da região de Flandres, 41% dos conselheiros municipais em atividade são oriundos de juventudes partidárias (HOOGHE; STOLLE; STOUTHUYSEN, 2004). Para os autores, isso reforça a ideia de que a afiliação juvenil serve como mecanismo estratégico para a atuação dos partidos em setores essenciais, como fornecer quadros para a administração das cidades.

No caso do Brasil, um elemento considerado relevante para dinamizar o recrutamento de jovens para os partidos foi a permissão do voto facultativo aos 16 anos, com a Constituição Federal de 1988. De olho nesse segmento juvenil específico, os partidos políticos passaram a fazer campanhas dirigidas aos adolescentes (BARROS, 2016a). Com a expansão do uso da internet, especialmente das mídias sociais pelos jovens, as legendas passaram a desenvolver estratégias digitais específicas para atrair a juventude. Entre tais estratégias, destacam-se criação de diretórios juvenis ou órgãos equivalentes, inclusive com perfis nas mídias sociais mais usadas pelos jovens (BARROS, 2016b). Os núcleos jovens virtuais

adquiriram tanta importância na estrutura partidária que atualmente são considerados como “sub-organizações” das legendas (TEIXEIRA, 2009; MARTINS; BARROS, 2018a; PINTO, 2017).

Para formar novos líderes e renovar seus quadros, outra estratégia das agremiações é o investimento em formação política, principalmente com a oferta de cursos a distância sobre política para a juventude. Quase a totalidade dos partidos já aderiu a essa estratégia, como mostram Barros, Rodrigues e Martins (2015). Cabe ressaltar que a Lei dos Partidos Políticos (Lei Federal 9.096/1995) estimula tais investimentos, uma vez que estipulou um valor mínimo de 20% do Fundo Partidário que as legendas devem aplicar em educação política (BARROS; RODRIGUES; MARTINS, 2015).

Análise dos Relatos

A pesquisa baseada em narrativas e relatos constitui uma importante vertente dos estudos qualitativos sob a perspectiva das ciências sociais (SCOTT; STANFORD, 1968; SCHÜTZE, 2014). Relatar e narrar exigem o ato de registrar eventos, descrever acontecimentos e estabelecer, por meio de aparatos simbólicos, o sentido deles para a formulação de visões morais, de encontros culturais ou de sistemas sociais de experiência (OLIVEIRA; SANTOS; SUZIN, 2014). A narrativa constitui “uma cadeia de signos com sentidos sociais, culturais e/ou históricos particulares, e não gerais” (SQUIRRE, 2014, p. 273). Assim, os recursos discursivos obtidos por meio de narrativas e relatos de pesquisa proporcionam ao analista o acesso a diversas formas de sentidos, com base no olhar dos próprios sujeitos da pesquisa (SCHÜTZE, 2014). Feitas as considerações metodológicas, passemos à análise dos relatos, precedida de uma breve apresentação de dados sobre filiação partidária juvenil.

Dados recentes mostram que existem 2.661.931 jovens filiados a partidos, o que corresponde a 16% do total de filiados (BRASIL, 2018). Observa-se um predomínio de jovens do sexo masculino

nesse total, com 54,40% contra 45,60% de mulheres. Os partidos com o maior número de filiados jovens são PT (280.218), MDB (250.713) e PSDB (216.217), enquanto as legendas com o menor número são respectivamente: PCO (2.938), Partido Novo (8.825), Rede (17.761) e PSTU (17.408).

O Quadro 1 apresenta o elenco de denominação das juventudes partidárias das 35 legendas registradas no TSE quando da disponibilização dos questionários, além do número de respostas obtidas de cada agremiação juvenil.

Quadro 1 - Respostas recebidas das juventudes partidárias

	Partido	Denominação das juventudes partidárias	Sigla	Respostas
1	MDB	MDB Jovem	MDBJ	20
2	PTB	Juventude do PTB	JPTB	18
3	PDT	Juventude Socialista Democrática Trabalhista	JSDT	17
4	PT	Juventude do PT	JPT	17
5	DEM	Juventude Democratas	JDEM	16
6	PCdoB	União da Juventude Socialista	UJS	16
7	PSB	Juventude Socialista Brasileira	JSB	15
8	PSDB	Juventude do PSDB	JPSDB	14
9	PTC	PTC Jovem	PTCJ	14
10	PSC	PSC Jovem	PSCJ	13
11	PMN	PMN Jovem	PMNJ	12
12	PRP	PRP Jovem	PRPJ	12
13	Cidadania	Juventude Popular Socialista	JPS	12
14	PV	Juventude do PV	JPV	12
15	PTdoB	PTdoB Jovem	PTdoBJ	11
16	Progressistas	Juventude Progressista	JP	10
17	PSTU	Juventude do PSTU	JPSTU	10
18	PCB	União da Juventude Comunista	UJC	10
19	PRTB	PRTB Jovem	PRTBJ	10
20	PHS	PHS Jovem	PHSJ	10
21	PSDC	PSDC Jovem	PSDCJ	10

22	PCO	Aliança da Juventude Revolucionária	AJR	10
23	Podemos	Podemos Jovem	Podemos Jovem	8
24	PSL	PSL Jovem	PSLJ	8
25	PRB	PRB Juventude	PRBJ	8
26	PSOL	PSOL Jovem	PSOLJ	8
27	PR	Juventude Republicana	JR	6
28	PSD	PSD Novas Gerações	PSDNG	6
29	PPL	PPL Jovem	PPLJ	6
30	Patriota	Juventude Patriota	JP	6
31	PROS	Juventude PROS	JPROS	6
32	SDD	Solidariedade Jovem	SDJ	6
33	NOVO	Juventude Partido Novo	JPN	6
34	REDE	Juventude em Rede	Juventude em Rede	6
35	PMB	Sem registro	Sem registro	6
		Total	-	375

Fonte: elaboração própria (2021).

14

Desse total de relatos, 52,53% são de jovens do sexo masculino, e 47,47%, de jovens do sexo feminino (Quadro 2). Trata-se de uma amostra com a proporção inversa do eleitorado nacional, cujos percentuais são de 52,5% de mulheres e 47,5% de homens. No caso de jovens filiados a partidos, a distribuição é mais similar à da amostra, com 54,40% para o sexo masculino e 45,60% para o sexo feminino (TSE, 2018).

Quanto à faixa etária, predomina a de 25 a 29 anos. Assim, a representatividade maior na amostra é do grupo denominado pelo Estatuto da Juventude de jovens-adultos, ou seja, os que já são ativos profissionalmente. Embora não haja dados disponíveis por segmentação etária nesse quesito, trata-se do segmento com maior percentual de jovens na militância partidária formal.

Quanto à renda, a representatividade maior na amostra é da faixa de ganhos superiores a R\$ 5 mil mensais, o que indica uma tendência de que jovens com maior renda familiar se filiem mais

a partidos. O mesmo se aplica à variável escolaridade, com predomínio dos que concluíram o ensino médio e o curso superior (BARROS, 2018). As regiões geográficas com maior número de informantes na amostra são aquelas com eleitorado mais expressivo, Sudeste, Nordeste e Sul (TSE, 2018).

Quadro 2 - Perfil dos informantes

Sexo	N	%
Masculino	197	52,53
Feminino	178	47,47
Subtotal	375	100%
Faixa Etária	N	
16 a 17 anos	19	5,07
18 a 24 anos	155	41,33
25 a 29 anos	201	53,60
Subtotal	375	100%
Renda familiar mensal	N	
Até 2 mil reais	32	8,53
De 2 a 5 mil reais	57	15,20
De 5 a 7 mil reais	98	26,13
De 7 a 10 mil reais	92	24,53
Acima de 10 mil reais	96	25,60
Subtotal	375	100%
Escolaridade	N	%
Fundamental	10	2,67
Médio	207	55,20
Superior	106	28,27
Pós-graduação	52	13,87
Subtotal	375	100%
Região de residência	N	%
Centro-Oeste	32	8,53
Nordeste	82	21,87
Norte	28	7,47
Sudeste	152	40,53
Sul	81	21,60
Subtotal	375	100%

Fonte: elaboração própria (2021).

A tipologia construída resulta do exame detalhado dos depoimentos, que foram classificados com base em repetidas leituras, de modo a depreender os principais sentidos e associações feitos pelos informantes. Assim, a construção das categorias se deu por similaridade e afinidade semântica, um dos procedimentos básicos da análise de conteúdo de textos escritos (BARDIN, 2011). Trata-se de um trabalho interpretativo. Além disso, esse esforço de construir as categorias, a partir da observação, enquadra-se na concepção de que existe um papel ativo do pesquisador que se utiliza de relatos e depoimentos (SCHÜTZE, 2014).

A partir desse trabalho interpretativo, se chegou a um inventário de cinco categorias consideradas como mais relevantes, expostas na Tabela 1. Para tanto, foram desprezadas as questões mencionadas de forma isolada e esporádica e priorizadas as categorias que se repetiam com mais frequência e se apresentavam aos olhos do observador como típicas de um repertório propriamente dito.

O principal tema se refere à experiência de filiação partidária, apontada como uma forma de aprendizado político (48,4%). Em segundo lugar, os informantes ressaltam a importância da experiência de convivência entre seus pares (24,3%). Assim, a aprendizagem sobre política e as relações interpessoais constituem o foco dos depoimentos recolhidos. Em menor escala, surgem aspectos como o compartilhamento de ideais políticos, o caráter pragmático da política partidária e questões relacionadas à troca de partidos.

Quadro 3 - Relatos de jovens filiados a partidos políticos

	CATEGORIAS	N	%
1	Aprendizado político	156	48,4
2	Convivência entre pares	88	24,3
3	Idealismos compartilhados	58	15,1
4	Pragmatismo político	33	9,1
5	Troca de partido	12	3,1
	Total	347	100

Fonte: elaboração própria (2021).

A seguir apresenta-se o detalhamento analítico das temáticas expostas acima.

Aprendizado político

A maioria dos informantes compara suas experiências de filiação aos partidos com uma “escola política”, que lhes proporciona “aprendizado político e lições para toda a vida”, como relata um dos pesquisados (MDBJ, M, 28, SE)². Outro complementa da seguinte forma: “Essa experiência foi um divisor de águas na minha vida. Nunca teria aprendido tanto sem passar por todo esse processo. E o aprendizado continua a cada dia, pois a política é dinâmica e o partido também” (JPT, F, 27, NE).

Além dos testemunhos de formação política em termos gerais, há aspectos específicos que são destacados, como contrapontos com o aprendizado escolar, numa tendência discursiva de valorizar a educação política oferecida pelos partidos. Chama atenção o fato de que a ênfase nesses aspectos aparece nos relatos dos jovens-adultos, acima de 25 anos:

- Aqui aprendi o que nenhuma escola ensina (PRBJ, M, 25, CO).
- O que aprendi no partido valeu mais do que um curso de pós-graduação (JPV, F, 29, S).
- O partido é uma escola de valores políticos e democráticos (JPS, M, 26, SE).

A ênfase no aprendizado político reitera o que já é registrado na literatura quanto ao caráter da filiação partidária juvenil como uma “escola política”, conforme foi abordado na primeira parte do texto (FERREIRA, 2012; PINTO, 2017). Assim como nos relatos mencionados, tal perspectiva destaca uma complexa rede de elementos que favorecem o aprendizado político, tanto do ponto de

² Codificação usada para incluir dados dos informantes: sigla da juventude partidária, sexo, idade e região geográfica.

vista cognitivo como relacional e vivencial. É nesse sentido que a experiência pode proporcionar aos jovens o desenvolvimento de competências e habilidades políticas específicas, que podem habilitá-los para a vida partidária no sentido mais amplo, inclusive como candidatos a cargos eletivos.

Se tal aprendizado é tão valorizado nos relatos, o mesmo não ocorre quando se trata do que a escola ensina sobre política. Os informantes consideram que a escola “pouco trata de política e quando coloca o tema em debate é de uma maneira que não atrai os jovens, pois os professores discutem a política apenas como um jogo de poder” (JPT, M, 27, NE). Para outro informante, “a escola não está preparada para politizar os jovens, pois isso deveria começar com democracia nas próprias escolas e mais preparo dos professores para debater política com os alunos” (JPSTU, F, 25, S).

O modo como a mídia representa a política também é questionado pelos jovens: “o que eu aprendi aqui me mostrou que a política não é o jogo sujo mostrado pela mídia” (UJS, F, 28, CO), explica um dos jovens. Outro complementa que “ao contrário do que sempre ouvi na televisão, aprendi com minha experiência que os partidos são a base da democracia” (PMDJ, 27, M, SE). Outros relatos destacam que:

- O foco da mídia é apenas nos escândalos (PSOLJ, 25, M, S).
- Parece que o interesse da mídia é desmoralizar a política, os partidos e as instituições (JPT, F, 27, NE).
- Sei que é papel da mídia denunciar, mas há muitas distorções (JSB, 26, M, SE).

Observa-se ainda que, além do fator etário mencionado acima, as críticas à mídia e à escola aparecem com mais ênfase nos relatos de jovens filiados a partidos de esquerda, como PT, PSOL, PSTU, PSB e PCdoB. O contraponto feito com as experiências de filiação partidária e os conteúdos escolares e midiáticos colocam em primeiro plano o papel de duas instâncias básicas de socialização política: a escola e a mídia. Ambas são consideradas na litera-

tura como de grande importância para a formação da orientação política dos indivíduos (SETTON, 2002; 2005; 2010).

As mídias, por sua vez, exercem influência diária na construção de representações sobre a política. Esse é um aspecto apontado tanto por Almond *et al.* (2008), quanto por outros autores, como Setton (2010), Bourdieu (1998), Barros e Lemos (2018). As mídias e o mercado de bens simbólicos produzidos por elas, segundo esse argumento, teriam um papel que superaria a dimensão exclusivamente econômica. Elas se configurariam como instâncias produtoras e difusoras de socialização legitimando uma determinada cultura e desempenhando funções pedagógicas semelhantes à escola, à família e aos grupos de pares no processo de construção das identidades pela via da socialização política (SETTON, 2010; BARROS, 2015a; BARROS; LEMOS, 2018). Ou seja, as mídias e as empresas produtoras dos bens culturais seriam agentes preferenciais na constituição de referências culturais para a construção das identidades grupais e individuais. As agências transnacionais seriam instâncias mundiais de cultura, sendo responsáveis pela definição de padrões de legitimidade social, competindo, portanto, com as matrizes tradicionais de legitimação (SETTON, 2010; BARROS, 2015b).

Setton (2005) explica que existem interdependências e inter-relações entre as diversas instâncias de socialização política, visto que se trata de um processo relacional. Afinal, “o processo de socialização das sociedades atuais é um espaço plural de múltiplas referências identitárias” (SETTON, 2005, p.713). Isso significa, conforme a autora, que a socialização política não ocorre de forma estanque, pois há interrelações, intercâmbios e interdependências entre família, escola e mídia, por exemplo.

Convivência entre pares e trocas recíprocas

A socialização política proporcionada pelo convívio entre pares é o segundo aspecto mais relevante nos relatos examinados.

Trata-se, nos termos de um dos informantes, “de um **convívio fraterno** e democrático” (PSCJ, M, 18, SE). O partido é como uma **irmandade** onde todos se ajudam, se apoiam e crescem juntos (PSDCJ, F, 27, SE). Salientamos que os termos sublinhados (“convívio fraterno” e “irmandade”) são registrados em depoimentos de jovens filiados a partidos cristãos (PSC e PDSC), o que expressa incorporação do repertório religioso às experiências políticas.

Os sentimentos vinculados à fraternidade e à irmandade são descritos por Boltanski (2000) como bens relacionais e simbólicos acionados em um regime específico de ação social denominado pelo autor de ágape, que é orientado pelos ideais de amor, justiça e paz. Conforme o autor, na maioria dos regimes de ação social, predominam as disputas, mas no caso do ágape destacam-se a cooperação, a amizade e a fraternidade como motores das relações sociais, a exemplo das comunidades místicas e religiosas. Sennett (2019) aprofunda a análise das formas de cooperação na vida social, para além dos espaços religiosos, como as cooperativas e os movimentos humanitários e coletivos em prol de causas específicas.

Outros jovens resumem diversos aspectos sobre o convívio entre pares:

- Gosto muito da convivência com os colegas de partido, o espírito forte de coleguismo (PRBJ, F, 23, CO).
- A solidariedade entre os colegas de partido é a parte que mais me cativa (SDJ, M, 26, S).
- Fiz amigos de verdade e pra toda a vida no partido (JPROS, F, 24, N).
- O que mais gosto é da nossa relação de brodagem (sic) (JR, M, 27, S).
- O “espírito de broderagem é muito bacana!” (JP, M, 22, NE).

As menções ao convívio entre pares como forma de “broderagem” ou “brodagem” são extraídas dos relatos de jovens do sexo masculino. Tais referências dizem respeito a um sistema relacional

baseado na construção de “vínculos identitários, compartilhamento e representação de sentimentos entre sujeitos masculinos” (OLIVEIRA, 2014, p. 23). Esse sistema faz parte das masculinidades hegemônicas³, que operam “em contextos de privilégio e poder”, motivadas pelas variadas formas de cumplicidade entre homens, “que orientam as práticas sociais e as ações intersubjetivas desses atores” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 241). O exercício dessas formas de masculinidade ocorre em contextos específicos de interação social e organização política (OLIVEIRA, 2014).

A referência expressiva ao fenômeno relacional da “broderagem” ou “brodagem” expressa, portanto, uma típica atuação masculina na política, conforme se verifica na composição dos parlamentos e nas estatísticas sobre filiação partidária. No Congresso Nacional, a representação feminina é de 15%; o percentual de prefeitas em exercício é de 12,1%; as vereadoras representam 16,52%; nas assembleias legislativas estaduais, o percentual de mulheres é de 15%; no caso do total de 27 governadores, há apenas uma mulher, Fátima Bezerra (PT-RN). O eleitorado feminino é composto por 52,5%, enquanto o percentual de mulheres filiadas a partidos políticos é de 43% e o total de candidaturas femininas nas eleições de 2018 foi de 33%. (BARROS, 2015b).

Aqui convém ressaltar a convergência de dois fenômenos. O primeiro diz respeito à construção social da masculinidade como algo típico da esfera pública e da atuação política (BARROS; BUSANELLO, 2019). Assim, naturalizou-se o confinamento das mulheres ao espaço doméstico, levando a uma divisão sexual do trabalho político que se tornou uma das matrizes do patriarcado (BIROLI, 2018). O segundo refere-se à socialização diferenciada de homens e mulheres, que constitui uma das principais causas das desigualdades de gênero na política (BIROLI, 2018; SACCHET, 2018). Desde a infância as mulheres são levadas a pensar que a política é uma atividade tipicamente masculina, o que contribui para a manutenção e a reprodução das estruturas políticas molda-

³ As masculinidades hegemônicas se contrapõem às masculinidades subordinadas e legitimam a subordinação das mulheres. Homens beneficiados pelo patriarcado podem ser vistos como aqueles que adotaram uma cumplicidade masculina que mantém e reproduz versões hegemônicas de masculinidades (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245).

das pelo sistema patriarcal, que atua como barreira à participação das mulheres nos espaços de poder (OLIVEIRA, 2004).

No caso das mulheres, as expressões mais citadas são: amizade, irmandade e coleguismo⁴, termos que revelam aspectos relacionados ao convívio entre pares. Tais relatos enfatizam a importância à dimensão relacional das vivências proporcionadas pelas juventudes partidárias. Eis alguns exemplos:

- Conviver com os colegas de partido é muito instrutivo e gratificante (PPLJ, F, 19, SE).
- A convivência com os companheiros de partido já é uma experiência de democracia, que se renova diariamente nas trocas e na cumplicidade e no nosso reconhecimento como pessoa (PSD-NG, F, 22, NE).

Ainda na visão positiva dessa convivência temos relatos como:

- É muito bom encontrar outros jovens com os mesmos ideais e sentir que fazemos parte de algo maior que nós (JPT, M, 28, NE).
- Os companheiros de partido me acolheram de braços abertos e se tornaram minha segunda família (MDBJ, F, 25, S).

Quanto aos grupos de pares ou de coetâneos, os efeitos na socialização política são mais enfáticos, devido aos estilos de comportamento e regimes de vida típicos dessa fase da vida:

A influência dos coetâneos na formação de parâmetros para a percepção e avaliação da realidade social se tornou cada vez mais forte, substituindo em parte, ou de qualquer modo contrastando, as influências familiares ou escolares mais tradicionais (OPPO, 2000, p. 1205).

A ênfase na convivência amigável entre os colegas de partido, conforme observada como predominante nos relatos, remete aos conceitos de relações de reciprocidade. Conforme registra

⁴ Esses termos não são exclusivos das mulheres, mas predominam em seus relatos.

Sabourin (2011, p. 26), os estudos sobre o tema “reconhecem a validade e a universalidade das relações de reciprocidade nas civilizações e na história”. Dessa forma, os vínculos de reciprocidade mencionados pelos jovens são aludidos de forma positiva. Destacam-se o compartilhamento de um ideal político, projetos comuns de ação militante e identificação partidária.

O acolhimento pelos colegas de partido se expressa em manifestações discursivas que ressaltam o senso de pertencimento das juventudes partidárias. No interior de cada grupo, destacam-se as práticas de cooperação, visto que as narrativas colocam em relevo não as disputas entre as legendas, mas a convivência entre integrantes dos mesmos partidos. Por isso, as trocas recíprocas, o coleguismo, o diálogo e os laços de solidariedade e amizade são mencionados com tanta ênfase.

Relatos sobre conflitos e disputas internas aparecem com menor ênfase, expressos por jovens de faixa etária mais elevada e com maior tempo de atuação nas juventudes partidárias. Trata-se do segmento denominado de jovens-adultos pelo Estatuto da Juventude, de 25 a 29 anos. São discursos de jovens mais experientes, os veteranos como filiados, que já trocaram de partido e passaram por experiências mais densas. Entretanto, os jovens ressaltam que os conflitos, discussões e embates também servem como elementos edificantes:

- Os embates internos às vezes são duros, mas eu tento tentar proveito até das divergências e das disputas internas, em termos de aprendizado político e democrático (JPV, M, 28, CO).
- É um aprendizado sofrido, pois as discussões são acirradas e os conflitos também são intensos, mas vale muito a pena (JDEM, F, 27, NE).
- Já tive problemas e desentendimentos com os companheiros de partido, mas hoje entendo que a divergência faz parte da política (PTCJ, M, 26, S).

Nos relatos acima aparecem a dimensão das reciprocidades mais nuançadas. Apesar dos argumentos acionados pelos informantes de que os conflitos também são edificantes, sai de cena o discurso do núcleo jovem do partido como sendo uma comunidade fraterna e pacífica. Os depoimentos supracitados alinham-se à dimensão agonística da política, no sentido de que a democracia constitui um espaço vocacionado para os conflitos, as disputas, as paixões e os dissensos (MOUFFE, 2005). A ênfase anterior na idealização de uma convivência amigável e edificante talvez seja fruto da pouca experiência dos jovens filiados, especialmente os mais jovens.

Os relatos analisados oscilam entre construções discursivas dicotômicas sobre os embates entre posições diferentes. De um lado, alguns jovens apontam as divergências como salutares e inerentes aos regimes democráticos. De outro lado, há opiniões que definem as discussões como “disputas inúteis”, “debates vazios”, “perda de tempo” e “verborragia que só traz prejuízos para a democracia”, conforme expressões extraídas das narrativas dos informantes.

Idealismos compartilhados

Os aspectos e os valores políticos ancorados em ideais encontram respaldo nas vertentes analíticas que ressaltam a importância das ideias para a conformação de dimensões pragmáticas da política. Tais abordagens chamam atenção para a força das ideias como variáveis que explicam a adoção de certos comportamentos políticos no mundo real (PERISSINOTTO; STUMM, 2017, p. 126). Nesse sentido, “reconhecer a autonomia das ideias diante de interesses implica levá-las a sério”. Isso significa aceitar que “há ideias capazes de modelar a ação de indivíduos e, por conseguinte, não são redutíveis a variáveis não ideacionais”.

O idealismo político identificado nos relatos dos jovens apresenta-se como um fenômeno da cultura política juvenil, acentuada no campo das juventudes partidárias (BARROS, 2015c). Nesse sentido, convém realçar que o substrato de tal fenômeno são as crenças e os valores, que contribuem para a articulação e a incorporação das ideias políticas no imaginário e nos ideários compartilhados pelos jovens filiados a partidos políticos. Por isso, é oportuno enfatizar que os valores são socialmente produzidos, da mesma forma que também são socialmente legitimados ou rejeitados (BARROS, 2016b).

Nos relatos dos jovens filiados, o idealismo político é mencionado com frequência nos depoimentos, especialmente entre os mais jovens, do sexo feminino:

- O melhor de tudo é poder compartilhar meus ideais com os jovens companheiros de partido (PTdoBJ, F, 18, SE).
- Aprendemos a cultivar nossos ideais e a sonhar juntos (PHSJ, F, 21, NE).
- Compartilhar ideal de vida com meus companheiros tem sido o mais importante na minha experiência (JR, 19, F, S).
- É uma forma de alimentar meus ideais por uma sociedade mais justa e igualitária (JSDT, F, 20, N).

Além dos idealismos em termos mais abrangentes, há relatos extraídos de variados perfis que destacam questões específicas, como o compartilhamento de projetos de futuro relacionados a temas políticos mais delimitados, como a busca pela igualdade racial, equidade de gênero e de direitos civis:

- O partido me permitiu a chance de conviver e compartilhar meus ideais de igualdade racial com meus companheiros negros, que também sentem na pele a discriminação (PSOLJ, M, 24, SE).
- Encontrar outras mulheres com os mesmos ideais políticos e poder compartilhar nossos sonhos para transformar a política

machista foi uma experiência única na minha vida (JPSTU, F, 23, CO).

- Encontrar um partido que realmente defenda os direitos das mulheres foi uma experiência de como fazer política pode realmente mudar a realidade (Juventude em Rede, M, 28, S).

O idealismo político juvenil é visto na literatura como uma forma contrária aos estereótipos de apatia e indiferença dos jovens em relação à política (BARROS, 2018). O idealismo é visto como um fator ativo no engajamento juvenil porque mobiliza os atores nos planos emocional, ideológico e cognitivo (MÜXEL, 2003). As emoções atuam, nesse caso, como energia política para o engajamento, a militância e a filiação partidária, levando os jovens a assumirem, expressarem e compartilharem suas paixões políticas. As emoções são amalgamadas pelas ideologias partidárias, expressas em seus programas, projetos e causas que chamam a atenção dos jovens (BARROS, 2018). Os aspectos cognitivos complementam essa tríade, mobilizando os jovens a buscarem mais conhecimento político, um fator decisivo na filiação partidária, que leva à imersão nas discussões e nos debates políticos no interior dos diretórios juvenis dos partidos (MACHADO, 2015).

Outro aspecto do compartilhamento de ideais políticos está relacionado com a filiação partidária de esquerda:

- Como jovem filiado a um partido de esquerda sou desafiado a sonhar e lutar por meus ideais de igualdade, liberdade e fraternidade (JPT, M, 27, SE).

- Ser filiado a um partido de esquerda me fez abrir os olhos para o jogo de poder que faz as elites se manterem sempre no comando da política, prejudicando a verdadeira democracia (AJR, 23, S).

- Apesar das diferenças internas, a esquerda nos une no ideal e no sonho de uma sociedade mais igualitária, mais inclusiva e menos violenta, especialmente os jovens (PSOLJ, 20, NE).

O debate sobre os espectros ideológicos no âmbito partidário (direita, centro e esquerda) é complexo e controverso, como registram Giddens (1996), Bobbio (2001), Mignolo (2008), entre outros. Isso nos impede de um aprofundamento, em razão da polissemia envolvida. Como o foco dos relatos está nas ideologias de esquerda, é oportuno resgatar a contribuição de Bobbio (2001), ao afirmar que o eixo motivador das esquerdas está na defesa da igualdade social. Alguns estudos mostram que existem afinidades históricas de alguns grupos juvenis com ideais revolucionários de esquerda. Isso, contudo, não significa que esses ideais sejam os únicos entre jovens, tendo em vista o crescimento de movimentos juvenis conservadores e de direita (KLÜPPEL; CRUZ; CERRI, 2021).

Convém salientar que os ideais de esquerda não são exclusivos dos partidos políticos, o que leva Ricci (2009) a referir-se às *esquerdas não partidárias*, que se organizam em sindicatos, redes, fóruns, coletivos, movimentos estudantis e sociais, além de organizações do terceiro setor. Todos esses segmentos também costumam atrair a atenção de jovens, tornando essa agenda um dos eixos de interlocução dos partidos com tais movimentos, incluindo as juventudes partidárias (BARROS, 2018).

Pragmatismo político

Apesar de terem sido separados para facilitar a análise, é necessário mencionar que nas culturas juvenis idealismo e pragmatismo não se dissociam, conforme já foi abordado anteriormente (FORACCHI, 1972; MÜXEL, 2003; AUGUSTO, 2005). Se o idealismo tem como foco discursos, ideias e opiniões, o pragmatismo por sua vez é voltado para a ação concreta, orientada por uma *práxis* política. A dimensão contemplada pelo idealismo impulsiona as motivações voltadas para a práxis, enquanto a ação política cotidiana reafirma a importância dos valores e das ideias que formam o ideário da militância partidária (BARROS, 2016b).

O caráter pragmático da política partidária é apontado como uma característica das instâncias de micropolítica, envolvendo “pragmatismos carregados de promessas”, isto é, projetos de futuro (OROZCO, 2004, p. 11). Essa visão coaduna-se com a análise dos relatos juvenis, no que se refere à combinação da ação no cotidiano e da carga de promessas voltadas para o futuro.

Os relatos mencionam a natureza pragmática da política partidária no âmbito juvenil. Na perspectiva dos informantes, isso envolve dois fatores principais. O primeiro refere-se ao potencial de transformação social da atuação dos partidos, enquanto o segundo diz respeito aos impactos específicos das juventudes partidárias:

Eis alguns exemplos de relatos associados ao primeiro aspecto:

- O partido me deu esperanças de que é possível lutar pela transformação do Brasil (MDBJ, F, 24, S).
- Nas propostas do partido eu vi refletido meu ideal de justiça social e de igualdade (JP, M, 21, SE).
- Aprendi o verdadeiro sentido da política, que é transformação da sociedade (JPodemos, M, 19, CO).

A dimensão pragmática identificada nos depoimentos dos informantes combina o desejo de mudança na sociedade, a priorização de agendas e discursos, anseios de transformação social e política e a busca de meios para alcançar os objetivos definidos pelos projetos e programas de militância (BARROS, 2018).

Os depoimentos também acentuam as pequenas transformações no cotidiano, no plano da micropolítica:

- Hoje sou um cidadão mais consciente e pragmático graças ao partido (PPLJ, M, 18, NE).
- Aprendi a ser mais responsável em casa, na escola e com meus amigos (PSLJ, M, 25, SE).
- Uma mudança importante na minha vida foi aprender a ouvir

mais os outros e a argumentar com mais paciência (JPN, M, 27, N).

- Tive a felicidade de conhecer os princípios humanistas da política (PHSJ, F, 22, SE).

No caso das juventudes partidárias, o pragmatismo político se expressa concretamente nos processos de divisão do trabalho político. Enquanto alguns segmentos atuam na militância de rua, outros grupos dedicam-se ao ativismo digital. É dessa forma que as práticas políticas se manifestam sob a perspectiva do pragmatismo, do “espaço que temos para colocar nossas ideias em prática e fazer acontecer”, nas palavras de um dos informantes (JPT, M, 27, SE). Dessa forma, os jovens produzem sentidos no âmbito de suas experiências nas juventudes partidárias (GAUDICHET, 1995).

Troca de partido

Os jovens relatam suas experiências sobre trocas de partido a partir de duas perspectivas. A primeira refere-se à “busca de vivências partidárias mais autênticas”. A segunda está relacionada com o ato de romper com alguns partidos que lhes causaram decepção e frustraram suas expectativas, resultando em sofrimento e sensação de exclusão. Eis alguns exemplos de relatos sobre o primeiro aspecto:

- A minha experiência partidária se tornou mais rica quando mudei de partido (PTCJ, M, 26, SE).
- Tive de mudar de partido por divergências ideológicas, mas fui bem acolhido no meu novo partido e valeu a pena (PSOLJ, F, 25, S).
- Trocar de partido requer ousadia e coragem, mas a experiência valeu a pena, pois eu não estava satisfeito com o anterior. Agora me sinto muito mais motivado (JR, M, 27, SE).
- Já troquei de partido três vezes. Tive decepções e frustrações, mas sigo em frente, lutando por meus ideais (SDJ, F, 28, S).

O segundo aspecto alberga depoimentos de elevado teor dramático, com ênfase para as experiências de sofrimentos, fruto da frustração e da decepção:

- Já fui discriminado em um partido porque cobre mais coerência ideológica. Tive que procurar outro partido, mais coerente e mais democrático. Sofri perseguição e discriminação, mas não dava mais para continuar (JPSTU, M, 29, SE).
- É muito sofrido quando você se sente excluído pelos seus próprios companheiros de partido. É uma experiência muito negativa (UJC, F, 26, S).
- Tive que fazer uma ruptura radical e migrar para outro partido completamente diferente. Foi dolorido, mas não tive escolha. Sinto que o sofrimento hoje foi recompensado (JPN, M, 25, CO).

Os relatos acima mencionados são caracterizados por emoções e sentimentos que misturam incompreensão, injustiça, frustração, decepção e vergonha. Os depoimentos que colocam em evidência as experiências de sofrimento político são permeados pelos sentimentos de dor, injustiça, falta de reconhecimento e de respeito. Além disso, há um misto de sensações de exclusão, frustração pessoal e decepção com os líderes das juventudes partidárias e das agremiações de modo geral. Tais sentimentos e emoções resultam de expectativas que não foram atingidas pelos jovens filiados, além do sentimento de vergonha perante seus pares. Tudo isso revela que existe uma dimensão moral associada a tais contextos que geram sofrimento político e social, o que interfere diretamente nas relações interpessoais e na reputação desses jovens perante seus pares.

Convém ressaltar aqui os estudos que levam em conta a dimensão sociológica relativa ao teor de afetos, emoções e sentimentos, cuja perspectiva analítica se aplica diretamente aos depoimentos aqui examinados. Como afirma Koury (2005, p.315), “as experiências emocionais singulares, sentidas e vividas por um ator social específico, são produtos relacionais entre os indivíduos e a

cultura e sociedade”. Sob tal prisma analítico, afetos, emoções e sentimentos são entendidos como “uma teia de sentimentos dirigidos diretamente a outros e causado pela interação com outros em um contexto e situação social e culturalmente determinados” (p. 315).

A partir dos relatos dos jovens, percebe-se que existe uma relação dialética entre as dinâmicas de exclusão e inclusão vinculadas às experiências de trocas de partidos. Tais dinâmicas resultam em sofrimentos vinculados a julgamentos reputacionais que exercem intensos desgastes emocionais e afetam as relações no interior das juventudes partidárias. As referidas vivências levam os atores excluídos a sentirem-se “como inferiores, subalternos, sem valor, apêndice inútil da sociedade” (SAWAIA, 2001, p. 56).

A exclusão é considerada uma forma específica de sofrimento social, pois trata-se de uma forma de reduzir o poder de agência social e política dos indivíduos excluídos dos processos ou atividades sociopolíticas. Além disso, as experiências subjetivas de sofrimento estão quase sempre associadas às relações de poder e às hierarquias derivadas de tais relações (PUSSETTI; BRAZZABENI, 2011, p.470). No entendimento dos autores mencionados, o fato de o sofrimento “resultar de dinâmicas intersubjetivas de posicionamento social e de uma matização identitária alerta o nosso olhar para os aspectos processuais do próprio sofrimento”.

A abordagem sociológica se justifica porque a origem do sofrimento político é relacional, ou seja, está nas relações com outros jovens que também fazem parte do mesmo grupo partidário. Por essa razão, os efeitos emocionais das experiências mencionadas afetam diretamente o âmago da essência subjetiva daqueles que se consideram como vítimas de marginalização social e exclusão política. Nesse contexto, ficam comprometidas as oportunidades de convivência com os pares, um dos elementos enfatizados nos relatos como motivação para ingresso nas juventudes partidárias.

Considerações finais

A análise realizada aqui enfocou as experiências de jovens filiados a partidos, com base nas suas perspectivas pessoais, expressas nos relatos desses atores. Os dados revelam que o aspecto principal enfatizado nas narrativas juvenis está relacionado à dimensão de aprendizagem política. Trata-se, aliás, de um dos aspectos ressaltados na literatura sobre juventude e política, na qual se destaca a função das juventudes partidárias, que atuam como se fossem uma “escola política” (FERREIRA, 2012), conforme foi abordado na primeira parte do texto.

Ao confrontarem suas experiências de aprendizado político nas juventudes partidárias com os conteúdos escolares e midiáticos, os jovens elaboram críticas substanciais a essas duas instituições culturais. Apesar de serem consideradas as principais instâncias de socialização política na atualidade, para os jovens filiados a partidos, os conteúdos escolares e midiáticos são vistos por eles como “desvirtuados”, “distorcidos” ou “manipulados”, especialmente no caso da mídia. Os relatos enfatizam a tônica nos escândalos e na desqualificação da política de forma generalizada, o que inclui os partidos e as instituições. Um dos informantes chegou a afirmar que “a mídia quer se colocar acima da política” (JSDT, F, 29, S). Quanto à escola, as narrativas apontam para a falta de eficácia escolar na formação política dos jovens, uma lacuna que, na perspectiva deles, é sanada pelo aprendizado oferecido pelos partidos.

O “espírito de broderagem”, o companheirismo e “convivência edificante” também são mencionados de forma recorrente. Assim, as juventudes partidárias são vistas pelos seus integrantes como uma relevante instância relacional, com destaque para a convivência entre pares. Por essa razão, termos como coleguismo, companheirismo, irmandade, camaradagem e comunidade são frequentemente utilizados nos depoimentos. Tais sentidos são atribuídos às relações que são típicas das lógicas de endogrupos, isto é, entre integrantes de um mesmo partido.

Outro aspecto a ser destacado nos relatos diz respeito à relação entre idealismo e pragmatismo político, um dos temas que também é ressaltado na literatura sobre juventude e política (FORACCHI, 1972; MÜXEL, 2003; AUGUSTO, 2005). Na perspectiva dos jovens, compartilhar os mesmos ideais com os “companheiros” de partido é uma forma de “sonhar juntos”, de “fazer projetos possíveis para o futuro”. Convém retomar aqui a visão de que idealismo político juvenil é considerado uma mola para o engajamento e a militância (MÜXEL, 2003). Nesse sentido, além de enfatizar a força das ideias e dos valores na política, o idealismo é considerado orientador da *práxis* política dos jovens filiados. Logo, idealismo e pragmatismo são complementares e intercambiáveis.

Apesar de uma ênfase nos aspectos positivos de suas experiências partidárias, há registro de relatos de experiências de sofrimento. São relatos de grande teor emocional, que destacam emoções resultantes da dinâmica inclusão x exclusão (SAWAIA, 2011). As experiências relatadas levaram os jovens a trocar de partido, em vez de desistir da militância.

Referências

ALMOND, Gabriel A. *et al.* Political culture and political socialization. **Comparative Politics Today: a world view**, n.9, p.43-59, 2008.

AUGUSTO, Maria H. O. Retomada de um legado intelectual. **Tempo Social**, v. 17, n. 2, p. 12-34, 2005.

AUGUSTO, Nuno M. A juventude e a (s) política (s): Desinstitucionalização e individualização. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 81, p. 155-177, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70. Lisboa. Portugal, 2011.

BARROS, Antonio Teixeira. Sociologia da mídia. **Século XXI - Revista de Ciências Sociais**, v. 5, p. 186-222, 2015a.

BARROS, Antonio Teixeira. Internet e política para mulheres. **Democracia Digital e Governo Eletrônico**, v. 12, p. 183-211, 2015b.

BARROS, Antonio Teixeira. Política informacional partidária: como os partidos políticos brasileiros usam a internet para a comunicação com públicos segmentados do eleitorado. **Ciberlegenda**, v. 32, p. 68-82, 2015c.

BARROS, Antonio Teixeira; RODRIGUES, Malena. R.; MARTINS, Lúcio. M. . Estratégias de educação política dos partidos políticos brasileiros: as iniciativas digitais. **Contextualizaciones Latinoamericanas**, v. 7, p. 1-20, 2015.

BARROS, Antonio Teixeira. Como os partidos políticos brasileiros usam a Internet para atrair o eleitorado jovem. **Debates**, v. 10, n. 2, p. 9-30, 2016a.

BARROS, Antonio Teixeira. Educação e legislação: desafios para o aprendizado político e a cultura democrática. **Educação & Sociedade**, v. 37, p. 861-872, 2016b.

BARROS, Antonio Teixeira de. Juventude e poder político local: a percepção e o discurso de jovens sobre as eleições municipais de 2016. **Sociedade e Estado**, v. 33, p. 849-886, 2018.

BARROS, Antonio Teixeira; LEMOS, Cláudia Regina Fonseca. Política, pânico moral e mídia: controvérsias sobre os embargos infringentes do escândalo do Mensalão. **Opinião Pública**, v. 24, p. 291-327, 2018.

BARROS, Antonio Teixeira. MARTINS, Lúcio Meireles. Impactos do Parlamento Jovem brasileiro na imagem pública do Poder Legislativo na visão dos egressos. **Revista do Serviço Público** (Brasília), v. 68, p. 157-190, 2017a.

BARROS, Antonio Teixeira; MARTINS, Lúcio Meireles. Juventude e engajamento político despartidarizado: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (2004-2013). **Latitude**, v. 11, p. 205-254, 2017b.

BARROS, Antonio Teixeira; MARTINS, Lúcio Meireles. Juventude e política na experiência de dez anos do Parlamento Jovem Brasileiro: confiança, participação e engajamento político dos egressos. **Sociologias** v.19, p.392-426, 2017c.

BARROS, Antonio Teixeira de; BUSANELLO, Elisabete. Machismo discursivo: modos de interdição da voz das mulheres no parlamento brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 2, p. 1-15, 2019.

BENEVIDES, Mario H. C.; Pinheiro, Carlos H. Lopes. Narrativas e trajetórias. **Caderno CRH**, v. 31, n. 82, p. 169-186, 2018.

BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho e democracia. **Dados**, v. 59, n. 3, 2016:719-754.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**. São Paulo: UNESP, 2001.

BOLTANSKI, Luc. **El amor y la justicia como competencias**. Buenos Aires, 2000.

BRENNER, Ana K. **Militância de jovens em partidos políticos**. Tese de doutorado (Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de São Paulo, 2011.

BRENNER, Ana K. Entre disposições e interações: redes de sociabilidade de jovens militantes de partidos políticos. **Tomo**, n. 27, p. 225-289, 2015.

CARREIRÃO, Yan S. O sistema partidário brasileiro. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 255-295, 2014.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, p. 241-282, 2013.

COSTA, Joana F. Pereira. **O papel das juventudes partidárias na ligação dos jovens à política**. Dissertação de mestrado (Comunicação pública, política e intercultural). Programa de Pós-Graduação em Comunicação pública, política e intercultural.

Universidade de Trás-Os Montes e Alto Douro. Vila Real, 2015, 216 f.

CRUZ, Manuel Braga. A Participação Política da Juventude em Portugal. **Análise Social:** Revista do Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa. v. 21, n. 87-89 p. 1067-1088, 1985.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1995.

FANTON, Marcos. Sujeito, sociedade e linguagem. Uma reflexão sobre as bases teóricas da pesquisa com narrativas biográficas. **Civitas**, v.11, n. 3, 2011.

FERREIRA, Pedro Ricardo B. **As juventudes partidárias são uma escola?** Dissertação de mestrado (Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de Aveiro, 2012.

FORACCHI, Marialice. M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira.** São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972.

GAUDICHET, Nicolas. Les jeunes préfèrent le pragmatisme à l'idéologie. **Agora Débats Jeunesses**, v. 2, n. 1, p. 33-40, 1995.

GROPPO, Luís Antonio. Teorias críticas da juventude. **Em tese**, v. 12, n. 1, p. 4-33, 2015.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita.** São Paulo: Unesp, 1996.

GUEDES-NETO, João V. Transformação intrapartidária? Um estudo sobre as percepções de poder e gestão entre jovens filiados. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 68, p. 43-60, 2019.

GUIMARÃES, André S.; RODRIGUES, Malena R.; BRAGA, Ricardo J. A Oligarquia desvendada: organização e estrutura dos partidos políticos brasileiros. **Dados**, v. 62, 2019.

HOOGHE, Marc; STOLLE, Dietlind; STOUTHUYSEN, Patrick. The Recruitment Function of Youth Organizations of Political Parties in Belgium. **Party Politics**, v. 10, n. 2, p. 193-212, 2004.

HOOGHE, Marc; STOLLE, Dietlind. Youth organisations within political parties. *In*: FORBIG, Joerg (Ed). **Revisiting youth political participation**. Strasburg: Council of Europe Publishing, 2005. p. 43-190.

KLÜPPEL, Giovane S.; CRUZ, Matheus M.; CERRI, Luís F. Jovens, uma “nova direita” e suas esquerdas: um estudo sobre a posição política de jovens brasileiros. **Revista de História da UEG**, v. 10, n. 02, p. 22-38, 2021.

KOURY, Mauro G. P. A antropologia das emoções no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 4, n. 12, p. 239-252, 2005.

MACHADO, Amanda S. Adesão, Formação e Seleção Partidária de Jovens. **Anais do I Seminário Internacional de Ciência Política**. Porto Alegre, 9 a 11 de setembro de 2015.

MAINWARING, Scott. P. **Sistemas partidários em novas democracias**: O Caso do Brasil. Rio de Janeiro. FVG, 2001.

MALFITANO, Ana P. S. Juventudes e contemporaneidade. **Etnográfica**, Lisboa, v. 15, n. 3, p. 523-542, 2011.

MANIN, Bernard. A democracia do público reconsiderada. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 97, p. 115-127, 2013.

MARTINS, Lúcio Meireles; BARROS, Antonio Teixeira. Juventude e educação para a democracia: relatos de egressos do Parlamento Jovem Brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, p. 49-78, 2018a.

MARTINS, Lúcio Meireles; BARROS, Antonio Teixeira. Influências do Parlamento Jovem Brasileiro no comportamento político dos egressos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.27, p. 139-189, 2018b.

MIGNOLO, Walter D. Novas reflexões sobre a “idéia da América Latina”: a direita, a esquerda e a opção descolonial. **Caderno CRH**, v. 21, n. 53, p. 237-250, 2008.

MORENO, Rosângela; ALMEIDA, Ana Maria. Quando jovens ativas do hip hop encontram a política partidária. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 61, p. 5-29, 2017.

MÜXEL, Anne. La participation politique des jeunes. **Revue Française de Science Politique**, v. 52, n. 5, p. 521-544, 2003.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

OPPO, Anna. Socialização política. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Org.) **Dicionário de política**. Brasília: EdUnB, p. 1202-1206, 2000.

OROZCO, José L. **El siglo del pragmatismo político**. Cidade do México: Editora da UNAM, 2004.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido**. Madrid: Alianza Editorial, 1990.

PERISSINOTTO, Renato; STUMM, Michelli G. A virada ideacional. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 64, p. 121-148, 2017.

PINTO, Ana F. T. **As juventudes partidárias e o recrutamento da elite política no Portugal democrático**. Tese de Doutorado (Ciência Política e Relações Internacionais). Lisboa. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Departamento de Estudos Políticos, 2017.

PUSSETTI, Chiara; BRAZZABENI, Micol. Sofrimento social. **Etnográfica**, v. 15, n. 3, p. 467-478, 2011.

RICCI, Ruda G. M. S. Identidades da esquerda. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 99, p. 5-12, 2009.

SABOURIN, Eric. Teoria da reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, v.13, n. 27, 2011.

SACCHET, Teresa. Why gender quotas don't work in Brazil? The role of the electoral system and political finance. **Colombia Internacional**, n. 95, p. 25-54, 2018.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson; DUNKER, Christian.
Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico. São Paulo: Autêntica, 2018.

SARTORI, Giovanni. **Partidos y sistemas de partidos.** Alianza, Madrid, 1980.

SCHATTSCHNEIDER, Elmer E. **The semisovereign people:** a realist's view of democracy in America. New York: Holt, 1960.

SCHÜTZE, Fritz. Análise sociológica e linguística de narrativas. **Civitas**, v. 14, n. 2, 2014.

SCOTT, Marvin; STANFORD, Lyman. Accounts. **American Sociological Review**, n. 35, p. 46-62, 1968.

SETTON, Maria da G. J. A particularidade do processo de socialização contemporâneo. **Tempo Social**, v. 17, n. 2, p. 336, 2005.

SETTON, Maria da G. J. Processos de socialização, práticas de cultura e legitimidade cultural. **Estudos de Sociologia**, v. 15, n. 28, 2010.

SAWAIA, Bader. **O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão.** Petrópolis: Vozes, 2001.

SENNETT, Richard. **Juntos.** Editora Record, 2019.

URBINATI, Nadia. Crise e metamorfoses da democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 5-16, 2013.